



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## Do Quilombo de Catucá à comunidade remanescente quilombola de São Lourenço: a trajetória de resistência do povo negro em Goiana (PE)

João Paulo Gomes de Oliveira<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil

### RESUMO

O artigo científico apresenta a história do Quilombo de Catucá e da comunidade Quilombola de São Lourenço em Goiana, Pernambuco, descrevendo suas trajetórias, encontros e resistências ao longo do tempo, por meio de uma pesquisa bibliográfica e análise historiográfica qualitativa dos dados. O Quilombo de Catucá foi um importante símbolo de resistência para o povo negro da mata norte de Pernambuco no século XIX. Atualmente, o território que um dia foi o quilombo é um remanescente. O processo de reconhecimento do território da comunidade de São Lourenço como remanescente quilombola foi demorado e envolveu mobilização social. Após dezoito anos de certificação, a comunidade ainda enfrenta desafios como a luta pela posse definitiva das terras, acesso a serviços básicos e o enfrentamento do racismo estrutural, ambiental e religioso.

**Palavras-chave:** território quilombola; resistência negra; povoação de São Lourenço; floresta do Catucá.

## From the Quilombo de Catucá to the quilombola remnant community of São Lourenço: the trajectory of resistance of the black people in Goiana (PE)

### ABSTRACT

The scientific article presents the history of the Quilombo de Catucá and the Quilombola community of São Lourenço in Goiana, Pernambuco, describing their trajectories, struggles, and resistances over time, through bibliographic research and qualitative historiographical analysis of the data. The Quilombo de Catucá was an important symbol of resistance for the black people of the north forest of Pernambuco in the 19th century. Currently, the territory that was once the quilombo is a remnant. The process of recognizing the territory of the São Lourenço community as a quilombola remnant was time-consuming and involved social mobilization. After eighteen years of certification, the community still faces challenges such as the fight for definitive land ownership, access to basic services, and the confrontation of structural, environmental, and religious racism.

**Keywords:** quilombola territory; black resistance; São Lourenço povoação; Catucá forest.

## **Del Quilombo de Catucá a la comunidad remanente quilombola de São Lourenço: la trayectoria de resistencia del pueblo negro en Goiana (PE)**

### **RESUMEN**

El artículo científico presenta la historia del Quilombo de Catucá y la comunidad quilombola de São Lourenço en Goiana, Pernambuco, describiendo sus trayectorias, enfrentamientos y resistencias a lo largo del tiempo, a través de una investigación bibliográfica y análisis historiográfico cualitativo de los datos. El Quilombo de Catucá fue un importante símbolo de resistencia para el pueblo negro de la mata norte de Pernambuco en el siglo XIX. Actualmente, el territorio que una vez fue el quilombo es un remanente. El proceso de reconocimiento del territorio de la comunidad de São Lourenço como remanente quilombola fue largo y requirió movilización social. Después de dieciocho años de certificación, la comunidad todavía enfrenta desafíos como la lucha por la posesión definitiva de la tierra, acceso a servicios básicos y el enfrentamiento del racismo estructural, ambiental y religioso.

**Palabras clave:** territorio quilombola; resistencia negra; povoação de São Lourenço; bosque de Catucá.

### **INTRODUÇÃO**

A palavra "quilombo" tem origem difusa e uma variedade de significados nas línguas primárias africanas. Em banto, por exemplo, significa habitação, acampamento e povoado, enquanto nas línguas tradicionais de Angola, quimbundo e umbundo, refere-se a um local resistência em situações de guerra (RAMOS; MIRANDA; SILVA, 2022).

No Brasil, os quilombos eram conhecidos como lugares onde os negros escravizados fugiam do regime desumano e resistiam à recaptura pelas forças escravocratas. Nesses espaços, reconstruíram uma organização territorial alternativa que servia como válvula de escape para diluir a violência sofrida durante o regime colonial (FERREIRA; TORRES, 2015). Segundo Carvalho (1991), os quilombos fazem parte de um conjunto amplo de estratégias de resistência e sobrevivência adotadas pelos escravos, que desafiam a ideia de passividade e submissão.

O quilombo de Catucá é reconhecido como um dos mais importantes para a história de Pernambuco. Caracterizado por Carvalho (1991) como um quilombo móvel e de alta complexidade, sofreu diversas tentativas de destruição e foi palco de intensas lutas pela resistência negra. Localizado entre as florestas de Mata Atlântica e áreas de manguezais que se estendem desde o subúrbio do Recife até Goiana, na Mata Norte do estado, o quilombo se destacou pela insurgência em meio ao contexto social e político da época.

Após a abolição da escravatura, muitos quilombos deram origem às atuais comunidades quilombolas. A legislação brasileira reconhece as comunidades quilombolas como remanescentes de quilombos por meio da Constituição de 1988, que destaca sua importância sociocultural e garante a posse definitiva das terras (BRASIL, Constituição

Federal, artigo 68, 1988). O Decreto nº 4.887/2003, norma regulamentadora do artigo supracitado, define as comunidades remanescentes de quilombos como "grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida" (BRASIL, 2003).

No entanto, as comunidades quilombolas ainda enfrentam uma série de desafios complexos, tais como a dificuldade em acessar direitos sociais básicos, a precarização das condições de vida, de trabalho e de saúde, além do racismo ambiental e religioso (VALADARES, 2021). Isso ocorre, em parte, devido à histórica negligência do Estado em relação a esses territórios, o que tem contribuído para um processo de invisibilização e marginalização social, econômica e política, mantendo sua exclusão (FERREIRA; TORRES, 2015; TORRES *et al.*, 2022).

A comunidade quilombola de São Lourenço (PE) enfrenta desafios semelhantes aos de outras comunidades negras no Brasil. Conforme descrito por Oliveira e Bezerra (2021), a expansão dos canaviais para a produção sucroalcooleira e a instalação de empreendimentos de carcinicultura nas proximidades de seu território são apenas algumas das problemáticas históricas que a comunidade tem enfrentado. Esses processos têm resultado em práticas de racismo ambiental e, por sua vez, dificultado o acesso a direitos básicos, como saúde, educação e saneamento.

Diante dos problemas históricos que ainda persistem na organização social contemporânea, torna-se fundamental compreender os processos formativos do Quilombo de Catucá e o surgimento da comunidade quilombola de São Lourenço, ambas localizadas em Goiana (PE). Assim como o Quilombo de Catucá foi um território de resistência negra no passado, a comunidade quilombola de São Lourenço permanece resistindo às pressões da expansão da atividade agrícola e industrial no município de Goiana. Em um contexto de crescente ameaça aos direitos sociais das comunidades quilombolas, é necessário entender as trajetórias de formação e resistência desses grupos e identificar os principais desafios que enfrentam para garantir sua sobrevivência e bem-estar.

Nesse sentido, a questão condutora deste artigo é: Como se deu a trajetória de formação e resistência do Quilombo de Catucá em Pernambuco e quais são os principais desafios enfrentados pela comunidade quilombola de São Lourenço no acesso e ampliação de direitos sociais na atualidade?

O objetivo deste artigo é resgatar a história do Quilombo de Catucá e da comunidade Quilombola de São Lourenço, localizadas em Goiana, Pernambuco, descrevendo seus processos formativos, trajetórias, lutas e resistências ao longo do tempo. O intuito é contribuir para a valorização desses grupos historicamente invisibilizados e para a compreensão da importância sociocultural e territorial das comunidades quilombolas no Brasil.

## **1. Comunidades quilombolas no Brasil: avanços e desafios contemporâneos**

Ao longo das últimas décadas, as comunidades quilombolas têm conquistado avanços significativos no campo jurídico e em questões agrárias. A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito à propriedade das comunidades quilombolas sobre as terras que ocupam e o Decreto nº 4.887/2003 regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.

No campo da educação, a Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira com ênfase nas comunidades quilombolas e o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais de Ensino Superior. Além disso, na área social, a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.228/2010, representou um grande avanço no enfrentamento à discriminação racial.

Na área ambiental, a implementação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto nº 6.040/2007, representa um marco jurídico em defesa dos modos de vida e manejo sustentável dos recursos naturais pelos quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais. A PNPCT busca promover o uso sustentável dos recursos naturais e garantir a preservação do patrimônio cultural e ambiental desses grupos (BRASIL, 2007).

Embora o reconhecimento legal das comunidades quilombolas e a garantia formal da posse das terras tenham sido estabelecidos, a maior dificuldade enfrentada por esses territórios ainda é a efetivação plena dos direitos previstos em lei. Conforme destacam Silva e Silva (2014, p. 198), "o quilombo contemporâneo não encerra sua luta contra a opressão com uma mera formalidade no cartório", mas sim com a concretização material de seus direitos assegurados. Isso significa que é preciso ir além do reconhecimento legal e garantir condições reais para que as comunidades quilombolas possam usufruir dos seus direitos sociais.

Conforme aponta Soares (2020), a titulação das terras quilombolas envolve um processo burocrático exaustivo, que é ainda mais complicado devido ao avanço de atividades agrícolas e industriais nas áreas circunvizinhas das comunidades. Além disso, esse processo requer que as comunidades quilombolas enfrentem o capital predatório e diversas formas de violência exercidas por latifundiários e fazendeiros, o que torna a luta pela titulação das terras uma batalha diária. Portanto, é preciso compreender que a identidade dessas comunidades está profundamente ligada ao território e à relação com a terra. De acordo com Silva e Souza (2021), ser quilombola é muito mais do que simplesmente ter ancestrais que viveram em comunidades remanescentes de quilombos.

“Os quilombos mantêm vínculos profundos de sua identidade com a terra/território tradicional, a partir dos modos de vida e dos processos de resistência à opressão histórica sofrida, sejam no meio rural ou urbano” (SILVA; SOUZA, 2021, p. 86).

Embora tenha havido importantes avanços no campo judiciário na garantia dos direitos das comunidades quilombolas nos últimos anos, o contexto político entre 2019 e 2022 foi predominantemente desfavorável, como apontam Corrêa, Freitas e Marçal (2020). O governo federal, durante esse período, adotou políticas que fragilizaram a proteção e conservação dos territórios quilombolas e dos recursos ambientais, como a redução da proteção de áreas de preservação ambiental e a flexibilização da legislação ambiental (BARRETO; FERRAZ, 2020).

Embora alguns avanços tenham sido alcançados na garantia dos direitos das comunidades quilombolas nos últimos anos, o período de 2019 a 2022 foi predominantemente desfavorável (CORRÊA; FREITAS; MARÇAL, 2020). O governo federal adotou políticas que enfraqueceram a proteção e a conservação dos territórios quilombolas e dos recursos ambientais. A atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional e a postura autoritária do Governo Federal foram algumas das questões destacadas no manifesto elaborado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CNAQ, 2022).

O documento também apontou as diversas formas de racismo enfrentadas pelos territórios quilombolas, como o racismo estrutural, institucional, ambiental e religioso, que contribuem para a vulnerabilidade dessas comunidades. Além disso, a violação dos direitos sociais de acesso à vacinação contra a Covid-19 afetou gravemente as comunidades quilombolas, muitas das quais estão em regiões remotas e com acesso precário à saúde (CNAQ, 2022). A falta de políticas específicas para essas comunidades durante a pandemia

aumentou a vulnerabilidade das populações quilombolas, que já enfrentam condições precárias em diversos aspectos de suas vidas, como apontam Silva e Souza (2021).

Embora enfrentem ameaças por conta do aumento das forças conservadoras e autoritárias (SOARES, 2020), as comunidades quilombolas continuam a resistir e se reorganizar em meio aos contextos de crise, tal como ocorria nas insurgências ocorridas pelos quilombolas no passado. É importante destacar que a resistência das comunidades quilombolas é fruto de uma luta histórica e contínua pela garantia de seus direitos, inclusive territoriais e culturais.

## **2. Percurso metodológico**

Os dados foram coletados através de uma Revisão de Literatura Narrativa (RLN), que é um método de pesquisa que busca "publicações amplas e apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o estado da arte de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual" (ROTHER, 2007, p. 01). Além disso, RLN permite a análise crítica e reflexiva dos trabalhos selecionados, a fim de identificar lacunas de conhecimento e propor novas abordagens de pesquisa.

Para realizar a RLN, foram selecionados diversos materiais bibliográficos, tais como livros, artigos científicos e teses acadêmicas, com o objetivo de obter uma visão abrangente e atualizada sobre o tema de interesse. Para a seleção dos trabalhos, foram utilizados diversos descritores relacionados ao tema de interesse, tais como "Comunidades quilombolas", "Quilombo de Catucá" e "Comunidade Quilombola de São Lourenço". Além disso, foram realizadas buscas em inglês utilizando os mesmos descritores e o operador booleano '*and*', a fim de garantir que as palavras selecionadas estivessem presentes nos campos específicos dos documentos. Essa estratégia de busca permitiu ampliar a abrangência da pesquisa e identificar trabalhos relevantes tanto em língua portuguesa quanto inglesa.

Para analisar os estudos selecionados, adotou-se o método historiográfico qualitativo (BROZEK; GUERRA, 2008). Esse método baseia-se na análise de fontes históricas não numéricas, tais como documentos oficiais, sites e literatura científica. O objetivo é compreender os fatos atuais e suas raízes históricas, além das atitudes, valores e crenças das pessoas do passado, possibilitando uma análise mais contextualizada da história do quilombo de Catucá e da comunidade quilombola de São Lourenço.

### **3. O Quilombo de Catucá: resistência negra na Zona da Mata Norte de Pernambuco**

O quilombo de Catucá exerceu um papel crucial como refúgio e símbolo de liberdade para muitos ex-escravizados no século XIX em Pernambuco. O Catucá está entre os quilombos do Brasil oitocentista, que tinham por base essa cumplicidade entre escravos de engenho, quilombolas e a população livre e liberta local (CARVALHO, 1991). Considerado o quilombo mais importante desse período e de grande relevância para a história e a formação da identidade do povo negro no Brasil, surgiu como resultado da luta e resistência dos escravizados em busca de liberdade e se fortaleceu em meio à efervescência política vivenciada no estado durante os anos de 1817 e 1830 (CARVALHO, 2012; VERARDI, 2020; CARNEIRO, 2023).

O quilombo de Catucá situava-se em uma floresta de mata atlântica de mesmo nome, abrangendo uma área que ia desde a periferia do Recife até a fronteira agrícola da Zona da Mata em Goiana (PE). É importante destacar que o quilombo de Catucá era composto por vários grupos e considerado um quilombo móvel, que se movimentava no meio da floresta em busca de segurança e recursos (CARVALHO, 1991).

A densa floresta era cruzada por várias pequenas estradas que iniciavam nos limites de Beberibe, no Recife, passando pelo sítio dos Macacos e por São Lourenço, mais a oeste da capital (CARVALHO, 2006). Essas estradas seguiam entre os engenhos costeiros e a serra a oeste do Recife, em direção ao norte, como ilustrado na Figura 1, tornando a mata do Catucá uma área estratégica para o quilombo.

**Figura 1** – Localização da mata e quilombo de Catucá



**Fonte:** Carvalho, 2012.

O quilombo de Catucá se estendia por uma vasta área, abrangendo os mangues e rios da região, chegando à costa em Paratibe e estendendo-se até Pasmado, próximo à ilha de Itamaracá, e seguindo até o povoado de Tejucupapo, próximo à vila de Goiana, na fronteira

com o Estado da Paraíba (conforme ilustrado na Figura 1) e descrito por Carvalho (1991; 2006; 2012).

É importante ressaltar que os remanescentes da mata do Catucá atualmente são protegidos como uma reserva extrativista, tendo o rio Goiana como divisa fronteira natural entre os estados de Pernambuco e Paraíba (BRASIL, 2007). Essa reserva é fundamental para a preservação dos manguezais, que foram essenciais para a proteção e sobrevivência dos quilombolas de Catucá. Com frequência, os quilombolas utilizavam a vegetação para se esconder dos ataques ao quilombo, tornando os manguezais um importante recurso de defesa (SILVEIRA, 2020).

Devido aos atributos geoambientais citados, a região de Goiana, situada na Zona da Mata Norte do estado, tornou-se um ponto estratégico crucial para o quilombo de Catucá. A mata do Catucá, juntamente com vastas extensões de matas e manguezais, foram amplamente utilizados pelos ex-escravizados como esconderijos. Além disso, a região também abrange uma zona costeira com suas diversas praias, o que tornava a região ainda mais estratégica.

Para Nascimento (2019), a região onde se encontra o quilombo de Catucá foi um importante cenário de resistência contra o sistema escravista na primeira metade do século XIX em Pernambuco, e sua história está profundamente ligada à história política e social da província. Embora não seja possível determinar com precisão a data exata do surgimento do quilombo de Catucá, o historiador Carvalho (1991) sugere que muitos escravos podem ter buscado refúgio nas matas da região durante a revolução pernambucana de 1817. Ainda segundo o autor, a divisão das elites pernambucanas na época levou à desorganização dos aparelhos repressivos, o que facilitou a fuga de escravos e a formação/fortalecimento do quilombo de Catucá.

Pode-se dizer que a expansão do quilombo é um dos resultados das brigas de branco entre 1817 e 1824, que abriram brechas no sistema, facilitando as fugas de escravos, inclusive urbanos. Onde havia mato, sempre houve gente escondida, mas um volume tão grande de quilombolas perto do Recife só pode ser entendido como resultado das fugas dos cativos dos proprietários que se envolveram naquelas duas insurreições (CARVALHO, 1998).

O líder do quilombo de Catucá detinha o título de Malunguinho, que representava uma posição de liderança dentro da organização social criada pelos escravos fugidos do regime colonial. A palavra "Malunguinho" deriva de "Malungos" e sofreu um processo de aculturação em terras brasileiras com a adição do sufixo diminutivo. De acordo Moura (2004), o termo "malungos" referia-se à forma como os escravizados se tratavam durante a travessia no navio negreiro e também era usado para se referir a outros negros, especialmente aqueles com quem compartilhavam laços de amizade ou parentesco.

Em sua análise sobre a origem e significado do termo "Malunguinho", Carvalho (1998) identificou que essa forma diminutiva do termo banto "malungo" pode se referir não a uma pessoa específica, mas a qualquer líder de quilombo. Já de acordo com Moura (2004), em seu estudo, os negros fugidos e homiziados no quilombo de Catucá durante o século XIX eram chamados de "Malunguinhos".

Como líder do quilombo, Malunguinho se destacou por sua perícia militar, tornando-se um incômodo para as autoridades da época, como o comandante Antero José Brito, que chefiou diversas expedições para capturá-lo, porém sem sucesso. Segundo Moura (2004, p. 260), Malunguinho era descrito como "um negro inteligente, audaz, austero e valente, que chefiava o quilombo a partir do quartel-general localizado no sítio denominado Macacos, nos extremos da paróquia do Poço da Panela. Os núcleos de habitação da sua gente se estendiam pelas matas de Catucá e outras próximas".

A organização do quilombo era bastante complexa, já que se tratava de um quilombo itinerante e estava localizado próximo a um importante núcleo urbano, como o Recife. Havia uma rede de solidariedade e informações que conectava os escravizados, ex-escravizados e outras províncias. Segundo Barros (2011, p. 219), "essa rede de informações era crucial para auxiliar os negros em meio a tantas represálias que sofriam durante a resistência mantida no interior".

Os quilombolas desenvolveram diversas atividades econômicas para garantir sua sobrevivência, como o comércio, o contrabando e furtos, incluindo em engenhos e assaltos nas estradas da região. Além disso, realizavam atividades extrativistas, como a pesca, a caça e a coleta de recursos florestais, e a agricultura de subsistência, com uma variedade de plantações para assegurar sua alimentação e sustento (CARVALHO, 1991, 1998; BARROS, 2011).

Durante sua existência, o quilombo de Catucá resistiu a várias tentativas de dispersão, como em meados de 1820 e em 1824, esta última organizada e liderada pela Confederação do Equador. Nessas expedições, o quilombo sofreu muitas perdas e talvez tivesse sido extinto naquela época se não fosse a conjuntura política do final dos anos 20 e início da década de 1830. Segundo Moura (1998, p. 260), os quilombolas de Catucá enfrentaram os diversos ataques com muita determinação e astúcia:

Mais ou menos armados e municados e prevendo a repressão do governo, estavam alertas e preparados para enfrentar qualquer assalto e tinham, espalhados às aproximações das matas, agudíssimos estrepes

e profundos fossos, convenientemente disfarçados para assim fazerem guerra à tirania e defenderem o seu direito e a liberdade.

Com a Revolução de 1830 em Pernambuco, o quilombo voltou a crescer e se organizar. No entanto, em 1835, o quilombo foi destruído, restando apenas seis mulheres e quatro homens (CARVALHO, 1991; BARROS, 2011).

É importante destacar que o quilombo de Catucá era uma comunidade em constante luta contra a opressão das elites escravistas da região. Sua existência estava intimamente ligada às condições políticas e sociais da época e, de fato, algumas vezes o quilombo conseguiu prosperar em períodos de crise política ou quando as elites estavam divididas.

No entanto, é importante ressaltar que as dificuldades e perdas sofridas pelo quilombo de Catucá não se limitavam apenas às questões políticas. Ao longo de quase 20 anos de resistência ativa, a comunidade quilombola conseguiu consolidar um modelo de sociedade alternativa baseado na cooperação entre os negros, na solidariedade e na luta contra a opressão, bem como no anseio por justiça social, como aponta Carneiro (2023). As atrocidades do modelo escravista e as diversas violências contra o povo negro neste território deixaram feridas sociais que são sentidas até os dias atuais, principalmente nas terras agora denominadas remanescentes quilombolas.

#### **4. Desafiando o legado da escravização: a consolidação da maior comunidade quilombola do estado de Pernambuco**

De fato, o quilombo de Catucá, com sua estrutura organizacional complexa e grande número de membros, foi desarticulado e destruído em 1935. No entanto, de acordo com estudos (CARVALHO, 1991; BARROS, 2011), apenas alguns poucos quilombolas sobreviveram. A escravidão e seus efeitos nefastos continuaram a ocorrer nessas regiões, apesar de a mata do Catucá ter sido completamente devastada como medida para conter o quilombo (CARVALHO, 2006). Com o passar dos anos, a dinâmica espacial de Goiana sofreu mudanças significativas, com o avanço da monocultura da cana-de-açúcar e a expansão dos engenhos na zona rural.

Após a reconfiguração territorial, uma série de novas famílias negras alforriadas se estabeleceram na região e fixaram residência ao longo da atual PE-05. Além disso, outras famílias originárias de engenhos próximos a Goiana e Itamaracá, também escolheram o local para se estabelecerem após a abolição da escravatura, o que resultou na formação de um

povoado rural predominantemente negro (OLIVEIRA, 2017). A comunidade, conhecida como povoação de São Lourenço, tem sua origem a partir das doações de terras do Sítio Mangueirinha, por volta de 1920, feitas pelo proprietário do Engenho Megaó de baixo, Olavo Maranhão, como descreve Oliveira (2017, p. 58, 59):

A origem do nome São Lourenço tem relação com uma homenagem ao Santo, pois sua imagem foi encontrada por moradores do sítio Mangueirinha, em uma bica de água no sítio Megaó. [...] O gado do senhor Olavo Maranhão estava doente, então fez uma promessa: se os animais fossem curados faria a doação das terras à população local. A promessa foi atendida pelo Santo, e, assim, resolveu doar o seu sítio que passou a ter nome do Santo.

Conforme Targino (2022), as terras foram inicialmente doadas à igreja, mas posteriormente o padre as vendeu a Seu Joca Carneiro e seu filho Benedito Carneiro. Há relatos de que foi a família Carneiro quem cedeu os terrenos onde atualmente está localizada a comunidade quilombola de São Lourenço. Atualmente, a comunidade está localizada a cerca de 65 quilômetros da capital Recife, no distrito de Tejucupapo, zona rural do município de Goiana, em Pernambuco. O remanescente do Quilombo de Catucá tem aproximadamente 3.600 habitantes, distribuídos em cerca de 950 famílias (OLIVEIRA; BEZERRA, 2021; CARNEIRO, 2023).

O processo de reconhecimento do território como quilombola foi bastante demorado e levou alguns anos até que a certificação fosse obtida. Segundo Silva (2013), em meados dos anos 2000, um grupo de moradores foi incentivado por atores externos a refletir sobre sua origem, relacionada à presença negra no município de Goiana. O primeiro passo para esse reconhecimento ocorreu em 2003, quando uma liderança local participou de um encontro de comunidades quilombolas em Salgueiro (PE). A partir desse encontro, as lideranças locais, em parceria com historiadores e acadêmicos, iniciaram um trabalho de resgate histórico da comunidade, sobretudo por meio de entrevistas com os moradores mais idosos (CARNEIRO, 2023).

Em março de 2005, a comunidade quilombola de São Lourenço foi auto reconhecida como remanescente do quilombo de Catucá e certificada pela Fundação Cultural Palmares<sup>1</sup> (SILVA, 2013). Entretanto, mais de 18 anos após essa conquista, a comunidade ainda luta judicialmente para obter a posse definitiva da terra, conforme determinado pelo Artigo 68 da Constituição Federal do Brasil de 1988, pelo Decreto nº 4.887/2003 e pela Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (6.040/2007). Conforme Carneiro (2023), essa luta

---

<sup>1</sup> Processo nº 01420.000.388/2005-83.

decorre da impossibilidade de desapropriar terrenos que foram adquiridos por antigos senhores de engenho e empresários, além da especulação imobiliária que se instalou na região.

### 5. Tradições sagradas: celebrando a espiritualidade e resistência nos cultos de São Lourenço e Malunguinho

A celebração de São Lourenço é um evento de grande importância no remanescente quilombola, atraindo fiéis e curiosos de diversas cidades dos Estados de Pernambuco e Paraíba. Além de fomentar a cultura regional, o evento movimenta a economia local. A tradição secular do "carrego da lenha" (Figura 2) é realizada durante a celebração e é acompanhada por apresentações de fandango, coco de roda e ciranda, bem como por rituais religiosos, incluindo missas e procissões. Essa mistura de tradições lusitanas, africanas e indígenas é uma característica marcante do evento que ocorre durante o mês de agosto (SILVA, 2013).

**Figura 2** - Procissão do Carrego da Lenha (A); Disposição da lenha em frente da Igreja de São Lourenço de Tejucupapo (B)



Fonte: Pereira (2013)

De acordo com Targino (2012), a festividade de caráter religioso remonta à história do povoamento da comunidade e à disputa por território e poder. Os ritos realizados durante os dias de celebração foram descritos por Oliveira (2017, p. 64):

Os moradores se dirigem reunidos para a bandeira de São Lourenço no dia 09 de agosto e no dia seguinte, pela manhã, se dá a procissão da lenha seguida da missa e na tarde do mesmo dia se dá outra procissão. Depois os moradores celebram com o samba de barça, uma variação da dança do coco que é formada por zabumbas, um ganzá, caixa de guerra e muitas palmas.

Oliveira (2020) destaca que o período de festividades é essencial para manter a coesão social na comunidade, além de contribuir para a preservação das tradições locais e para a transmissão do patrimônio cultural para as gerações mais jovens. Neste contexto, a Igreja de São Lourenço de Tejucupapo (Figura 3), um importante patrimônio arquitetônico, é um marco histórico construído pelos jesuítas, sendo considerada uma das mais antigas do estado. De acordo com o IPHAN (s.d), em 1994 foi tombada como patrimônio material pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, a igreja simboliza a preservação da história local e a importância de proteger a cultura e a tradição da comunidade.

**Figura 3** – Igreja de São Lourenço de Tejucupapo, Goiana (PE)



**Fonte:** Autor, 2019.

De acordo com informações do IPHAN (s.d.), a igreja de São Lourenço de Tejucupapo mantém intactas suas principais características originais, destacando-se pela simplicidade e austeridade de suas linhas construtivas. Essas características são fundamentais para preservar a autenticidade do patrimônio arquitetônico e a história local. Além da igreja de São Lourenço, há na comunidade a ruína da Igreja do Rosário dos homens pretos, pertencente à comunidade quilombola de São Lourenço (Figura 4). Conforme Carneiro (2023), as

lideranças locais estão lutando pela restauração e preservação da ruína, que representa parte da história, resistência e regionalidade do povo negro local.

**Figura 4** – Ruína da Igreja do Rosário dos Homens Pretos, comunidade Quilombola de São Lourenço, Goiana (PE)



**Fonte:** Autor, 2019.

Além da presença do catolicismo popular e das estruturas arquitetônicas mencionadas, a comunidade de São Lourenço também apresenta uma presença significativa de religiões protestantes. Essas religiões possuem um grande número de templos e exercem forte influência no território nos dias atuais (OLIVEIRA, 2020; CARNEIRO, 2023).

No entanto, é notável a ausência ou a timidez dos cultos de religiões de matriz afro-indígena, como o Candomblé e a Jurema Sagrada. Infelizmente, os praticantes dessas religiões enfrentam intolerância até mesmo por parte de alguns moradores da comunidade, o que muitas vezes leva à realização de reuniões em locais mais reservados. (OLIVEIRA, 2017) identificou a existência de apenas um terreiro de umbanda na comunidade, intitulado de Terreiro de Dona Lourdes.

Apesar das dificuldades históricas enfrentadas pelos heróis negros, sua memória e legado permanecem vivos em diversas manifestações culturais e religiosas, como os cultos da Jurema Sagrada e do Catimbó. Essas tradições também são marcadas pela forte relação com a natureza, que é um elemento essencial da vida nas comunidades quilombolas. Conforme Carneiro (2023), a resistência à figura de heróis negros ocorreu historicamente, visto que essas figuras foram retratadas pelos colonizadores como marginais e, conseqüentemente, marginalizadas na história oficial. Um exemplo é a figura de Malunguinho, que é cultuado nos cultos afro-indígenas como um mestre mensageiro que liga os seres humanos aos reinos e cidades da Jurema.

Segundo Carvalho (2023), Malunguinho é considerado um herói popular que ascendeu ao altar das divindades. Curiosamente, a Jurema Sagrada se organiza em reinos e cidades, uma das cidades de chama Catucá, mostrando que a história do quilombo e do seu líder continua viva nos terreiros, nas manifestações culturais e religiosas.

De fato, assim como em Catucá, os quilombolas de São Lourenço mantêm um vínculo simbiótico com a natureza, baseado em uma relação de dependência mútua. Conforme Oliveira e Bezerra (2021), a população da comunidade tem mantido uma forte relação com os ambientes naturais locais, como estuários, manguezais, rios e o mar ao longo da sua história. A grande maioria dos moradores trabalha na pesca artesanal, coletando peixes, crustáceos e moluscos, em um processo de subsistência e de respeito à natureza.

Dessa forma, o respeito à natureza e a reprodução das atividades extrativistas se mantêm vivas no território, onde o tempo e o trabalho são regidos pelos ciclos naturais. A comunidade quilombola de São Lourenço representa um exemplo de como a relação harmoniosa com a natureza pode ser alcançada, mesmo em um contexto de transformações sociais e ambientais constantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A formação do Quilombo de Catucá foi resultado da resistência do povo negro em Pernambuco, que buscava construir uma sociedade alternativa e se reconectar com sua cultura, cultos e saberes de África. Apesar das constantes ameaças e planos de aniquilação, o quilombo tinha uma complexa organização e liderança, com destaque para Malunginho, que foi perseguido pelas autoridades. As insurgências ocorriam em momentos de revoltas e disputas políticas, demonstrando a forte resistência do povo negro.

Mesmo tendo sido destruído em 1835, o Quilombo de Catucá se consolidou como o mais importante de seu século, e Malunginho permanece vivo na memória coletiva e na espiritualidade afro-indígena. Resgatar sua história é fundamental para entender os problemas atuais e preservar a cultura e a história de um povo que lutou incansavelmente por seus direitos básicos, como a liberdade de ser, cultivar seus ancestrais e ter o direito de ir e vir.

Hoje, a comunidade quilombola permanece no mesmo território de Catucá, com uma importante função social de preservar a história e sair da invisibilidade histórica. No entanto, sua formação envolveu processos de vulnerabilização devido ao avanço agrícola e industrial. O maior desafio da comunidade de São Lourenço é garantir que os instrumentos legais sejam colocados em prática, assegurando o acesso à posse definitiva do território e preservando seus patrimônios materiais e imateriais. É necessário valorizar a luta e a resistência do povo negro, garantindo o respeito e o reconhecimento de sua cultura e história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Ricardo de Macedo Menna; FERRAZ, Helena Mascarenhas. Comunidades quilombolas, racismo e ideologia no discurso de Jair Bolsonaro: estudo crítico dos discursos político e judicial. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, 2020. Disponível em: [6718-28928-3-PB.pdf](#) Acesso em 16 fev. 2023.

BARROS, Anna Beatriz de C. Rêgo. Os negros e suas liberdades em Pernambuco entre 1822-1850. In: MARQUES, Luiz C. L. (Org.). V Colóquio de História: Perspectivas Históricas, Historiografia, Pesquisa e Patrimônio. **Anais do V Colóquio de História**. Recife: Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, 2021. p. xx-yy. ISSN: 2176-9060. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.213-222.pdf>. Acesso em: 03 abril 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 de abril de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm). Acesso em: 05 de abril de 2023.

BRASIL. **Decreto s/n de 26 de outubro de 2007**. Cria a Reserva Extrativista Acaú-Goiana, situada nos municípios de Pitimbu (PB) e Goiana (PE), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 out. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6553.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6553.htm). Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.228, de 20 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Registro de Identidade Civil - RIC e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12228.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12228.htm). Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=522>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

BROŽEK Josef; GUERRA, Erlaine. (2008). O que fazem os historiógrafos? Uma leitura de Josef Brožek. In Campos, R. H. F. (Org). **História da psicologia**: pesquisa, formação, ensino. Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

CARNEIRO, Giovanna. **Conheça a história e a luta de Catucá, o maior quilombo de Pernambuco**. Marco Zero, 2023. Disponível em: <https://marcozero.org/conheca-a-historia-e-a-luta-de-catuca-o-maior-quilombo-de-pernambuco/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. O outro lado da Independência: Quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brazil), 1817–23. **Luso-Brazilian Review**, v. 43, n. 1, p. 1-30, 2006.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. O quilombo do Catucá em Pernambuco. **Caderno CRH**, v. 15, n. 30, p. 5-28, jul./dez., 1991.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife 1822-1850. Cepe editora, 2023.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Claro enigma, 2012.

CARVALHO, Marcus. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. **Tempo**, v. 3, n. 6, dezembro de 1998.

CONAQ. **Manifesto Nacional da CONAQ. N° 1/2022**. Sobre a violação dos direitos dos quilombolas ao autorreconhecimento étnico identitário coletivo. Coletivos de Educação e Jurídico. 2022. Disponível em: [conaq.org.br/wp-content/uploads/2022/06/MANIFESTO-NACIONAL-DA-CONAQ.-No-01-2022.pdf](https://conaq.org.br/wp-content/uploads/2022/06/MANIFESTO-NACIONAL-DA-CONAQ.-No-01-2022.pdf). Acesso em: 02 abr. 2023.

CORREIA, Gabriel Siqueira; DE FREITAS MONTEIRO, Gabriel Romagnose Fortunato; MARÇAL, Diogo Cirqueira. A questão quilombola na conjuntura atual: Conflitos, desafios e r-existências. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 249-284, 2020.

FERREIRA, Haroldo da Silva; TORRES, Zaira Maria Camerino. Comunidade quilombola na Região Nordeste do Brasil: saúde de mulheres e crianças antes e após sua certificação. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 15, p. 219-229, 2015.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Igreja de São Lourenço de Tejucupapo**. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/goiana-igreja-de-sao-lourenco-de-tejucupapo/#!/map=38329>. Acesso em: 02 de fev. de 2023.

MOURA, Clóvis. (2022). **Dicionário da escravidão negra no Brasil** (1ª ed.). Edusp. ISBN 13: 9788531408120.

NASCIMENTO, André José. Os escravizados e a luta pela liberdade no Recife oitocentista. **Revista Rural & Urbano**. Recife, v. 04, n. 02, p. 48-59, 2019. ISSN: 2525-6092. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/index>. Acesso em: 15 mar. 2023.

OLIVEIRA, João Paulo Gomes de. **Relações de ambiente e saúde na comunidade quilombola de São Lourenço, Goiana (PE)**. Monografia (Graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2020.

OLIVEIRA, João Paulo Gomes; BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos. A reprodução da pesca artesanal no território da comunidade quilombola de São Lourenço, Goiana (PE) e sua relação com a saúde. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 48–68, 2022. DOI: 10.33026/peg.v22i3.9050. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/9050>. Acesso em: 12 abr. 2023.

OLIVEIRA, Valéria Costa Aldeci de. **De marisqueiras a operarias: experiências de trabalho e gênero nos territórios pesqueiros de Goiana/PE**. Tese (Doutorado em sociologia) –

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: [Repositório Institucional da UFPB: De marisqueiras a operárias: experiências de trabalho e gênero nos territórios pesqueiros de Goiana/PE](#). Acesso em: 01 abr. 2023.

PEREIRA, Anderson. Religião: multidão acompanha procissão de São Lourenço em Tejucupapo. **Blog do Anderson Pereira**. Disponível em: <https://www.blogdoandersonpereira.com/2013/08/religiao-multidao-acompanha-procissao.html>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

RAMOS, Manuel Maria Pinto da Rocha; MIRANDA, Adarléia Pires; SILVA, Dinalva Correa. (2022). A influência da associação quilombola para o resgate e manutenção da cultura quilombola: um estudo de caso da comunidade quilombola de São Sebastião, município de Bagre – PA. **RECIMA21** - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218, 3(3), e331158. Doi: <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i3.1158>

ROTHER, Edna Terezinha. Revisión sistemática X Revisión narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, p. v-vi, 2007

SILVA, Givânia Maria da; SOUZA, Bárbara Oliveira. Quilombos e a luta contra o racismo no contexto da pandemia. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 26, Mar. 2021.

SILVA, Isabel Cristina Rodrigues da. “**Marisqueira e quilombola é tudo a mesma coisa**”: um estudo sobre as formas de mobilização política: o caso de povoação de São Lourenço-Goiana-Pernambuco. 2013. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Leonardo Dantas. Rebeliões negras em Pernambuco. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 25, n. 1, p. 95-106, jan./jun. 1997. CDU 323.269.6:39(813.4).

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Caminhando pelos manguezais do fim do mundo. **Revista ClimaCom**, Dossiê Florestas | pesquisa – artigo, v. 7, n. 17, 2020. Disponível em: [Caminhando pelos manguezais do fim do mundo | Pedro Castelo Branco Silveira | ClimaCom \(mudancasclimaticas.net.br\)](#) Acesso em: 04 abr. 2023.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 18, n. 46, 2020. Disponível em: [Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social | Soares | Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea \(uerj.br\)](#). Acesso em: 28 fev. 2023.

TARGINO, Gekbede Dantas. **Sobre as Águas: A Tradição e a Pesca Artesanal em Três Comunidades da Reserva Extrativista Acaú-PB/Goiana-PE**. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2022. ISBN: 978-65-250-1899-7.

TORRES, Geanne Maria Costa *et al.* Acesso e integralidade na atenção à saúde de mulheres quilombolas: desafios à equidade e à garantia do direito à saúde. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, p. e57011932158-e57011932158, 2022. Doi: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i9.32158>

VERARDI, Cláudia Albuquerque. **Quilombo do Catucá: Malunguinho e a resistência escrava em Pernambuco**. In: Pesquisa Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2020. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/quilombo-do-catuca-malunguinho-e-resistencia-escrava-em-pernambuco/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

---

#### **João Paulo Gomes De Oliveira**

Possuo formação acadêmica diversificada na área ambiental. Sou Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, do departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, com sólida experiência em pesquisa e desenvolvimento de projetos nessa área. Além disso, sou Gestor Ambiental formado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, o que me proporcionou uma visão prática e técnica sobre as questões ambientais. Atualmente, estou cursando Licenciatura em Geografia na UFPE, o que me permite integrar conhecimentos teóricos e práticos para uma formação abrangente na área ambiental.

Email: joaopaulo.g.o@outlook.com